

VISÃO GERAL DA JURISDIÇÃO



REPÚBLICA DO PANAMÁ – Resumo da Jurisdição

Visão geral

Moeda

O "Balboa" (B/.) ou Balboa panamenho (PAB), a moeda nacional do Panamá, tem o mesmo valor que o dólar americano. Como o Panamá assinou o Acordo Monetário com os Estados Unidos em 1903, o dólar americano foi aceito como moeda legal em todo o país e circula ao lado das moedas panamenhas desde então. Como outras nações, o Panamá não tem um banco central.

Regime jurídico

De acordo com a Constituição do Panamá, as empresas nacionais e internacionais têm o mesmo direito de constituir e realizar operações comerciais no Panamá e estão sujeitas às mesmas condições fundamentais. No entanto, existem limitações tanto em algumas práticas profissionais quanto em empresas estrangeiras que se dedicam à venda no varejo. As pessoas podem conduzir negócios em seus próprios nomes ou por meio de negócios legítimos.

Tipos de entidades jurídicas

A seguir estão os principais tipos de pessoas jurídicas que podem ser incorporadas, com base nas leis civis e comerciais panamenhas:

- Associações (S. de R.L.)
- Corporações (S.A.)
- Fundações de Interesse Privado (F.I.P.)
- Compromisso
- Organização sem fins lucrativos (associação ou organização sem fins lucrativos)
- Entidade Estrangeira Registrada: Uma entidade estrangeira também pode redimir no Panamá ou abrir uma filial no Panamá

Procedimentos básicos para estabelecer um negócio operacional

Licença comercial

- Todas as corporações, parcerias ou indivíduos devem obter uma licença de "Licença de Operação" antes de se envolver em uma atividade comercial ou industrial. O sistema eletrônico do Ministério do Comércio e Indústrias, PanamáEmprende (www.panamaemprende.com), é utilizado para apresentar solicitações e conceder Avisos de Operação (conforme regulamentado pela Lei nº 5 de 2007).

Requisitos Contábeis e Demonstrações Financeiras

- Registros contábeis que identificam atividades comerciais, ativos, passivos e patrimônio líquido, que devem representar os valores e a natureza das transações comerciais e devem ser preparados de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros para Todas as Empresas e Pessoas (Doing Business) (IFRS).

- Organizações e indivíduos que conduzem negócios devem manter um diário geral e um livro-razão o tempo todo. As empresas também devem manter um livro de resolução e um registro de ações e acionistas.
- Todas as Entidades Comerciais e Pessoas Físicas (fazendo negócios) são obrigadas a criar e manter suas contas financeiras, que representam com precisão e veracidade os resultados de suas operações anuais ou periódicas, disponíveis para as autoridades relevantes em seus escritórios ou instalações.

Renovações de Entidade Jurídica e Imposto de Franquia

- Cada empresa registrada, seja nacional ou internacional, deve pagar uma taxa anual de \$ 300,00 ao Tesouro. As Fundações de Interesse Privado devem pagar uma taxa anual de US\$ 350,00 no primeiro ano e US\$ 400,00 nos anos subsequentes.

Requisitos adicionais

- As atividades regulamentadas são regidas por leis específicas adotadas para cada setor. Nesse sentido, o sistema de licenciamento da Superintendência de Bancos regula os bancos e as sociedades fiduciárias; a Superintendência de Seguros e Resseguros do Panamá regula as seguradoras, corretores de seguros, resseguradoras, corretores de resseguros, seguradoras cativas e administradoras de seguros; A Superintendência do Mercado de Valores Mobiliários regula as corretoras e os valores mobiliários.

Vistos e autorizações de trabalho

Para viver e trabalhar no Panamá por um longo período, cumprindo os padrões trabalhistas e de imigração do país, os estrangeiros que desejam fazê-lo devem solicitar o status de residente e um visto de trabalho. Vários

As possibilidades de visto estão disponíveis no Panamá e dependem do seu país, situação de emprego, ambições futuras e investimento. Os seguintes programas estão entre os programas de residência mais populares:

- FNV (Visto de Nações Amigas)
- QIV (Visto de Investidor Qualificado)
- RPV (Visto de Pensionista Aposentado)
- SSV (Visto de Auto-Resolução)
- PIRV (Visto de Aposentado de Interesse Privado)
- RV (Visto de Reflorestamento)
- Vistos contingentes de emprego
 - 10%
 - 15%
 - Profissional
 - SEM
 - FNV (através de contrato de trabalho)

Visão geral da legislação e regulamentação trabalhista

De acordo com o Código do Trabalho, todos os contratos de trabalho devem ser feitos por escrito com cópias para o empregador, o empregado e as autoridades trabalhistas; caso contrário, qualquer informação fornecida pelo funcionário será considerada precisa até que o empregador possa estabelecer o contrário além de qualquer dúvida razoável.

Os direitos dos funcionários e as obrigações do empregador incluem:

- Livro-razão do funcionário, longevidade e direitos de liquidação
- Segurança social
- Férias
- Dias de doença,
- 13º salário,
- Licença maternidade
- Horas extraordinárias
- Contrato de Trabalho de Salário Mínimo

O contrato pode ser por um período de tempo não especificado ou predeterminado, ou pode ser para um projeto específico. Um contrato por prazo determinado torna-se indefinido se o funcionário fizer qualquer um dos seguintes: (1) trabalha além do final do prazo definido; (2) trabalho além da conclusão do projeto específico para o qual foram contratados; ou (3) negocia projetos específicos ou contratos adicionais com prazo determinado. Ao assinar um contrato, os funcionários não podem comprometer seus direitos ou renunciar a eles.

Salários mínimos

O salário pode ser estabelecido por tarefa, cargo ou unidade de tempo (mês, quinzena, semana, dia ou hora). Os salários incluem qualquer compensação monetária que os funcionários recebam por seu trabalho, bem como gorjetas, bônus, comissões, participação nos lucros e outros benefícios, incluindo compensação em espécie e despesas de viagem. A cada dois anos, o governo avalia e define as taxas de salário mínimo com base na taxa horária, atividade econômica, tamanho da empresa e localização. Os salários devem ser pagos duas vezes por mês, nos dias 15 e 30, de acordo com o Código do Trabalho.

Sistema de Segurança Social

Muitos dos benefícios dos funcionários frequentemente oferecidos pelo seguro privado em outros países são substituídos pelo sistema de previdência social do Panamá. O sistema está organizado da seguinte forma:

- O Fundo de Segurança Social supervisiona o sistema de segurança social.
- O sistema de previdência social oferece benefícios de saúde, odontológicos, maternidade, invalidez e morte ao segurado e seus dependentes.
- Todos os funcionários que trabalham para o governo, bem como pessoas físicas ou jurídicas que operam no território nacional, incluindo estrangeiros, estão sujeitos ao regime de previdência social obrigatório.
- Todos os funcionários que trabalham para o governo, bem como pessoas físicas ou jurídicas que operam no território nacional, incluindo estrangeiros, estão sujeitos ao regime de previdência social obrigatório.

Sistema financeiro

A Superintendência de Bancos do Panamá (SBP) foi criada pelo Decreto-Lei 9 de 1998, que modificou o sistema bancário estabelecido pelo Decreto do Gabinete 238 de 1970. O Decreto-Lei n.º 2, de 22 de fevereiro de 2008, posteriormente amalgamado pelo Decreto Executivo n.º 52, de 30 de abril de 2008, atualizou e alterou a lei para a alinhar com as normas regulamentares internacionais e aumentar a competitividade do setor bancário.

Por mais de 40 anos, o Panamá cresceu rapidamente como um centro bancário internacional. O país tem sessenta e cinco (65) bancos, dos quais quarenta (40) estão sob licença geral, quinze (15) estão sob licença internacional e dez (10) são escritórios de representação, bem como duas (2) instituições governamentais (de propriedade do Estado).

Estrutura e supervisão do sistema bancário e de valores mobiliários

Superintendência de Bancos do Panamá

O SBP é a entidade responsável por supervisionar o sistema bancário, incluindo a prevenção da lavagem de dinheiro no sistema bancário e do financiamento do terrorismo. A entidade também é responsável pela proteção dos direitos do consumidor.

A SBP é uma instituição independente, mas está sujeita à supervisão da Controladoria Geral da República do Panamá. A SBP é composta pelo Superintendente e cinco membros do Conselho de Administração, que são eleitos pelo Poder Executivo.

Geral e funções do PBS:

- Autorizar e emitir licenças para o exercício de atividades bancárias.
- Determinar, no plano administrativo, a interpretação e o alcance das disposições legais bancárias.
- Estabelecer periodicamente as reservas legais e o percentual de liquidez aplicável aos bancos.
- Realizar inspeções aos bancos, a fim de determinar sua situação financeira e conformidade com as disposições regulamentares.
- Intervir, quando necessário, nos negócios dos bancos, nomeando um administrador que assumirá a administração dos mesmos; e
- Sancionar qualquer violação dos regulamentos bancários.
- No Panamá, as filiais e subsidiárias de bancos estrangeiros que estão sob a supervisão consolidada de autoridades de supervisão estrangeiras estão sujeitas a solicitações de informações e inspeções. As informações recebidas dessa maneira são mantidas em sigilo absoluto e não podem ser compartilhadas sem a aprovação prévia do SBP.

Superintendência do Mercado de Valores Mobiliários (SMV)

A Superintendência do Mercado de Valores Mobiliários foi criada pela Lei 67 de 2011. Além disso, o mercado de valores mobiliários da República do Panamá é regido pelo Texto Único do Decreto-Lei 1 de 1999.

O SMV é uma organização governamental independente, com patrimônio próprio e independência administrativa, conforme estabelecido no texto unificado do Decreto-Lei 1. O SMV é composto pelo Superintendente, que atua como representante legal da instituição e supervisiona sua administração, e um Conselho de Administração, que atua como seu mais alto órgão consultivo, de governança e de formulação de políticas.

O Decreto-Lei n.º 1 regula, entre outras, as seguintes áreas:

- Gestores de fundos de investimento;
- consultores de investimento;
- Corretoras de valores mobiliários;
- Negociação Forex (FX);
- Agências de notação de risco;
- Fundos de pensão;
- Sociedades de investimento (fundos de investimento); e
- Organizações autorreguladoras.

Requisitos para o funcionamento das instituições financeiras e bancárias

Atividades bancárias: licenças para exercer atividades bancárias

Nenhuma pessoa ou entidade pode realizar atividades bancárias sem autorização prévia do SBP, com exceção dos bancos oficiais panamenhos.

O SBP emite três (3) tipos de licenças, dependendo das atividades pretendidas pela instituição bancária:

- Licença geral: concedida a bancos constituídos sob a lei panamenha, que permite que filiais de bancos estrangeiros realizem operações bancárias locais e offshore, bem como outras atividades aprovadas pelo SBP;
- Licença Internacional: Concedida a bancos constituídos sob a lei panamenha e filiais aprovadas de bancos internacionais para realizar transações concluídas ou realizadas fora do Panamá a partir de um escritório estabelecido no Panamá, bem como para se envolver em outras atividades autorizadas.
- Licença representativa: concedida a bancos internacionais para abrir uma agência e realizar outras operações permitidas no Panamá.
- Desde que os serviços estejam dentro do escopo de operações comerciais bancárias típicas, não há restrições quanto aos tipos de serviços que podem ser prestados.

Além disso, os bancos são obrigados a pagar uma Taxa de Regulação e Supervisão anual, que dependerá do tipo de licença:

- Licença Geral: Trinta mil dólares americanos (US\$ 30.000,00), mais trinta e cinco dólares americanos (US\$ 35,00) por milhão, ou fração de milhão, dos ativos do banco, até o limite de cem mil dólares americanos (US\$ 100.000,00).

- Licença internacional: Quinze mil dólares americanos (US\$15.000,00).
- Licença de representação: Cinco mil dólares americanos (US\$ 5.000,00).

Requisitos de fundos próprios

Todos os bancos que operam no Panamá com uma licença geral devem atender ao requisito mínimo de capital integralizado ou alocado do SBP de dez milhões de dólares americanos (US\$ 10.000.000,00). Para garantir o cumprimento adequado de suas obrigações sob a licença bancária, os bancos envolvidos exclusivamente em negócios offshore (bancos licenciados internacionalmente) devem depositar US\$ 250.000 (US\$ 25.000,00) no Banco Nacional do Panamá e manter um capital mínimo integralizado de US\$ 3.000.000 (US\$ 3.000.000,00). Os bancos licenciados (gerais ou internacionalmente licenciados) não podem reduzir o capital dos valores mínimos estabelecidos acima. O SBP deve autorizar qualquer redução de capital.

Exigência de reservas de liquidez

Qualquer banco com uma licença geral e internacional (esta última nos casos em que o SPB é o primeiro supervisor do banco) é obrigado a manter uma reserva legal de ativos de caixa que não pode exceder 35% de seus depósitos locais brutos (excluindo depósitos de entidades relacionadas).

Atividades de gerenciamento de valor

As corretoras devem cumprir os seguintes regulamentos:

- O titular de cada ação do capital social emitido pela corretora deve ser comunicado à SMV
- Os bancos com uma licença internacional podem solicitar ao SMV uma licença para realizar transações relacionadas a valores mobiliários, incluindo aquelas registradas no SMV, de seu escritório;
- Os bancos com uma licença internacional podem solicitar ao SMV uma licença para realizar transações relacionadas a valores mobiliários, incluindo aquelas registradas no SMV, de seu escritório;
- Para fins de imposto de renda, os ganhos de transações realizadas no Panamá entre partes com propriedade efetiva localizadas no exterior e encerradas no exterior não serão considerados ganhos obtidos em solo panamenho;
- As corretoras devem manter todos os ativos dos investidores em contas de investimento de acordo com os regulamentos da SMV, e a SMV regulará a confidencialidade, os padrões éticos e os conflitos de interesse.
- O SMV regulará as transações de títulos registrados negociados fora de uma bolsa de valores e as transações de títulos registrados negociados em uma bolsa de valores. O SMV, para cumprimento do Decreto-Lei 1, pode solicitar a nomeação de um compliance officer para cada entidade corretora;
- Para realizar qualquer tipo de transação de valores mobiliários no Panamá, as corretoras e corretoras devem ter uma licença da SMV.

O Decreto-Lei n.º 1 estabelece as seguintes regras relativas às ações, obrigações, participações e quaisquer outros valores mobiliários:

- Todas as ofertas públicas ou vendas devem ser registradas no SMV;
- Qualquer oferta ou venda a residentes do Panamá, seja feita do Panamá ou do exterior, deve ser considerada como uma oferta pública não feita dentro do país;
- As ofertas públicas ou vendas no Panamá a investidores estrangeiros devem ser consideradas como ofertas públicas não realizadas no país;
- As ofertas feitas pelo Estado ou apoiadas pelo governo estão isentas de registro no SMV.

Incentivos fiscais

- Não incidem imposto sobre o rendimento, dividendos ou imposto complementar sobre ganhos ou perdas resultantes de transmissão de valores mobiliários de emissão do Estado;
- Os ganhos e menos-valias resultantes da transmissão de valores mobiliários registados no SMV não podem ser tributados se essa transferência for efetuada:
 - por meio de uma bolsa de valores ou outro mercado organizado;
 - quando uma empresa se funde, consolida ou se reorganiza, desde que o acionista obtenha apenas ações da empresa sobrevivente ou relacionada.
- A entidade que paga os juros deve deduzir o valor total dos rendimentos obtidos com as ações registradas no SMV, que são tributadas à alíquota regular de 5%. Não é necessário incluir a renda na declaração anual de imposto de renda, nem será levada em consideração para fins fiscais.
- As ações registradas no SMV estão isentas de imposto de selo, assim como qualquer outro documento relacionado a contratos, subscrições, vendas, pagamentos, transferências ou permutas desse tipo de ativo.
- A taxa de imposto sobre as mais-valias resultantes de uma transmissão de títulos não isenta é fixada em 10%. No entanto, em algumas transações, o cessionário ou comprador deve deduzir um adiantamento de cinco por cento (5%) sobre os ganhos de capital do valor total da transação. Esta operação está sujeita às regras gerais do imposto sobre mais-valias.

Requisitos de fundos próprios

As bolsas de valores devem ter um capital integralizado de pelo menos US\$ 1.000.000, estar livres de ônus e garantir o sigilo de seus negócios. Além disso, no final de cada dia, as bolsas de valores devem publicar um relatório de todas as transações, bolsas de valores, preços, volumes e qualquer outra informação estatística de interesse para os investidores e o público em geral.

Demonstrações Financeiras Auditadas

As demonstrações financeiras auditadas preparadas por contador público independente devem ser submetidas ao SMV no final de cada ano fiscal.

Resumo da legislação tributária

Em contraste com o formato tributário amplamente adotado em todo o mundo em outras nações, a estrutura tributária do Panamá é territorial. Isso indica que o dinheiro derivado de operações domésticas está sujeito ao imposto de renda ("ISR"), enquanto a renda derivada de fontes estrangeiras está isenta de tributação. Isso também se aplica a rendimentos especificamente isentos de imposto de renda de acordo com o Código Tributário e outra legislação especial.

O conceito de territorialidade estabelece que os rendimentos auferidos no Panamá ou considerados provenientes do Panamá estão sujeitos a tributação, independentemente do local de assinatura dos contratos, da origem do dinheiro recebido ou da nacionalidade ou residência das partes. Portanto, residentes e não residentes só estão sujeitos a impostos sobre a renda de origem panamenha devido à forma como o sistema tributário do país é configurado como um corpo de leis que governa.

Fontes de renda

De acordo com o nosso princípio de territorialidade, os rendimentos obtidos por pessoas singulares ou coletivas dividem-se em três categorias: rendimentos locais, estrangeiros e isentos, conforme estabelecido pelo disposto no Código Tributário e no Decreto Executivo n.º 170 de 1993.

Contribuintes e rendimentos tributáveis

Um contribuinte é definido como "a pessoa física ou jurídica, panamenha ou estrangeira, que recebe rendimentos tributáveis sujeitos ao imposto de renda" de acordo com a Seção 694 do Código Tributário. A definição de contribuinte foi expandida por regulamentos para incluir trusts, parcerias e qualquer outro tipo de negócio que gere renda tributável.

A renda tributável é considerada renda criada em território panamenho de qualquer fonte, independentemente de onde seja recebida. Rompendo com o princípio da territorialidade, as leis tributárias panamenhas também contam como renda tributável qualquer renda que, mesmo derivada de atos ou serviços no exterior, beneficie pessoas físicas ou jurídicas residentes no Panamá e esteja relacionada à criação e manutenção de sua renda de origem panamenha.

Exercício

O ano fiscal típico para todos os contribuintes geralmente vai de 1º de janeiro a 31 de dezembro. No entanto, as autoridades fiscais podem ser solicitadas a alterar um ano fiscal para um prazo especial que cubra um total de 12 meses consecutivos.

Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas

O valor restante após a subtração de taxas e deduções relevantes da receita bruta é o lucro tributável de uma corporação. Os custos e despesas necessários para operar um negócio no Panamá e produzir renda tributável são dedutíveis, desde

que devidamente documentados e não excedam a fórmula de dedutibilidade máxima.

Taxas de imposto

- A taxa padrão do imposto de renda corporativo é fixada em 25%. A alíquota de imposto para empresas nas quais o Estado possui mais de quarenta por cento (40%) das ações da empresa permanecerá, no entanto, em trinta por cento (30%), como era antes da mudança de 2010 no Código Tributário do Panamá.

Método alternativo de cálculo do imposto de renda

As empresas com receita bruta superior a US\$ 1.500.000,00 são obrigadas a pagar o maior dos impostos de renda resultantes da técnica padrão ou método alternativo, conhecido em espanhol como "Calculo Alternano de Impuesto sobre la Renta" ou "CAIR".

Neste sentido, o imposto será calculado aplicando a taxa geral de 25% ao mais elevado dos seguintes valores:

- O rendimento líquido tributável calculado pelo método tradicional; ou
- O lucro líquido tributável resultante da aplicação de 4,67% ao lucro tributável total, dando origem a uma alíquota efetiva de imposto de 1,4%.

Para fins do método alternativo (CAIR), o lucro tributável total é a soma obtida subtraindo rendimentos isentos e rendimentos de fonte estrangeira do rendimento total, sem dedução de quaisquer taxas ou despesas pagas, exceto aquelas especificamente permitidas por lei.

Retenção de imposto sobre dividendos

As empresas que distribuem dividendos de lucros são obrigadas a deduzir 10% dos valores provenientes de fontes de renda panamenhas e 5% dos valores provenientes de fontes de renda estrangeiras ou isentas. Este imposto deve ser retido pela empresa distribuidora dos dividendos e pago às autoridades fiscais no prazo de dez (10) dias a contar da data de autorização da distribuição.

Retenção suplementar sobre dividendos

Um imposto suplementar deve ser retido sobre 40% do lucro líquido, após impostos, como adiantamento sobre o imposto sobre dividendos se os lucros totais do período não forem distribuídos ou se os lucros totais do período distribuído forem inferiores a 40%

do lucro líquido. Isso resulta em uma alíquota efetiva de 4% sobre o lucro líquido total, após impostos. Quando esses dividendos ou ganhos forem divididos, os 6% (seis por cento) restantes serão pagos.

Retenção na fonte sobre remessas

Qualquer renda que uma entidade domiciliada no exterior considere proveniente de uma fonte doméstica deve ser retida como imposto de renda, desde que o serviço oferecido afete a renda de fonte doméstica ou ajude a preservar essa fonte e os pagamentos relacionados sejam vistos como despesas permitidas pela entidade no Panamá. Nos casos em que os pagamentos são feitos a entidades não residentes, a entidade residente deve reter o imposto de renda à taxa normal sobre cinquenta por cento (50%) dos fundos transferidos.

Imposto de renda de pessoa física

Somente a renda de origem panamenha, conforme definido pelo Código Tributário e pelo Regulamento do Imposto de Renda, está sujeita a impostos no Panamá para todas as pessoas, incluindo cidadãos, residentes e não residentes. De acordo com a legislação tributária, todos os rendimentos na forma de dinheiro, espécie ou valor, derivados de serviços pessoais prestados em virtude de uma relação de trabalho, do exercício de uma profissão ou comércio e de qualquer outro tipo de serviços prestados, executados ou exercidos no território do Panamá estão sujeitos ao imposto de renda.

Taxas

- As pessoas físicas que auferem rendimentos tributáveis estão sujeitas a alíquotas progressivas de imposto de acordo com sua renda anual, conforme segue:
 - Os primeiros US\$ 11.000,00 são isentos de imposto de renda.
 - Os rendimentos recebidos entre US\$ 11.000,00 e até US\$ 50.000,00 são tributáveis à alíquota de 15%.
 - Para esta última categoria, os valores são tributados a uma taxa fixa de US\$ 5.850,00 para os primeiros US\$ 50.000,00 recebidos, e qualquer excesso de renda é tributado a uma taxa de 25%.

Residência fiscal

Independentemente do status de imigração, todos os indivíduos são considerados residentes para fins fiscais se puderem demonstrar que estiveram presentes por mais de cento e oitenta e três (183) dias durante um ano civil ou o ano anterior, de forma contínua ou intermitente, ou se tiverem residência permanente e reconhecê-la como o centro de seus interesses econômicos ou familiares vitais. Os residentes também estão sujeitos ao imposto de renda sobre seus salários e outras formas de renda.

Conformidade fiscal

- O empregador é responsável por deduzir o imposto de renda sobre salários, vencimentos e outras remunerações recebidas dentro de uma relação de trabalho usando as taxas progressivas mencionadas acima.
- Indivíduos com outros rendimentos tributáveis não sujeitos a imposto retido na fonte ou aqueles com mais de um empregador devem apresentar uma declaração anual de imposto de renda até 15 de março após o final do ano fiscal.

- Pessoas com um único empregador ou um único salário como fonte de renda não são obrigadas a apresentar uma declaração anual de imposto de renda.
- Você pode solicitar uma extensão de arquivamento de um mês. O prazo de pagamento é 31 de março após o final do ano fiscal, não sendo permitidas prorrogações de pagamento.
- Os pagamentos em atraso gerarão juros de cerca de 1% do valor devido, por mês, bem como uma sobretaxa de 10% sobre o valor devido. O arquivamento tardio incorrerá em multa de US\$ 100,00.

Tributação de Rendimentos de Não Residentes

Contribuintes não residentes são aqueles que estiveram ausentes do país por um período mínimo de 183 dias em um ano civil, consecutivos ou não. Os funcionários não residentes estão sujeitos ao imposto de renda a uma taxa fixa de 15% sobre sua renda bruta (salários e vencimentos), mais um imposto educacional de 2,75%.

Imposto sobre ganhos de capital

Os ganhos de capital são rendimentos tributáveis, com exceção dos rendimentos resultantes da venda de títulos ou ações de emissão de entidades, aqueles emitidos pelo governo panamenho e negociados em bolsa de valores reconhecida, ou aqueles registrados na Superintendência do Mercado de Valores Mobiliários (SMV), todos excluídos pelo Código Tributário.

Venda de ações

Se não estiverem fora das disposições isentas, as mais-valias resultantes da venda de ações ou valores mobiliários estão sujeitas a uma taxa fixa de imposto de 10%. No entanto, o comprador ou cessionário deve reter uma quantia igual a 5% antecipadamente e remeter os recursos ao fisco em até 10 (dez) dias úteis após a data de pagamento da transação. O adiantamento de 5% pode ser considerado como o imposto final pelo vendedor ou cedente.

Imposto sobre as Transmissões de Bens Móveis e Serviços ITBMS - IVA

O ITBMS é um imposto indireto que incide sobre a venda de bens móveis (incluindo importações) e serviços prestados em solo panamenho. Juntamente com o imposto de renda e as taxas de importação, funciona como um imposto sobre valor agregado (IVA) e é uma importante fonte de receita para o governo panamenho.

As transações sujeitas a ITBMS incluem:

- A concessão de propriedade ou direitos de propriedade sobre bens móveis a um destinatário.
- A prestação de serviços dentro do território panamenho, com ou sem entregas, que normalmente incluem o aluguel de bens móveis e imóveis, a participação em eventos de entretenimento, o transporte aéreo nacional e internacional, etc.
- Importe produtos tangíveis, independentemente de onde eles vão.

Base tributável e taxas:

Embora a base tributável varie dependendo da transação realizada, geralmente é o preço líquido de venda do bem ou serviço. O ITBMS será aplicável a todas as transferências de produtos até que cheguem ao local pretendido. O imposto ITBMS não se aplica ao reembolso de despesas.

Taxas específicas do ITBMS:

- Medicina, Alimentos e Livros
 - 0%
- Bens e serviços
 - 7%
- Bebidas alcoólicas, hospedagem e hospedagem
 - 10%
- Produtos do tabaco
 - 15%

Contribuintes e Não Contribuintes (ITBMS-IVA)

Este imposto deve ser cobrado dos consumidores finais e pago por aqueles que importam itens tributados, transferem bens móveis ou prestam serviços para ou dentro do território panamenho. Da mesma forma, os não residentes terão que pagar o imposto ITBMS sobre os serviços prestados localmente e pagar o imposto de acordo com a lei ao Tesouro Nacional, sujeito ao princípio de territorialidade do Panamá. Após uma avaliação adequada pelas autoridades fiscais, as pessoas físicas ou jurídicas que não produziram uma renda bruta mensal média inferior a US\$ 3.000 e uma renda anual inferior a US\$ 36.000 durante o ano anterior não serão consideradas contribuintes para o ano seguinte.

Requisitos de preenchimento

Ao preencher o Formulário 430 até o dia 15 de cada mês, o imposto ITBMS cobrado deve ser pago às autoridades fiscais. Os prestadores de serviços profissionais podem apresentar sua declaração e imposto ITBMS trimestralmente.

Imposto de Consumo Seletivo (ISC)

O ISC é essencialmente um imposto especial de consumo sobre a importação de certos itens, incluindo bebidas alcoólicas, bebidas alcoólicas e todos os derivados do tabaco (charutos e cigarros), bem como sobre a transferência ou venda original desses produtos por fabricantes locais (como refrigerantes, vinhos e cervejas). Para fins de ISC, o ITBMS (IVA) não está incluído na base tributável.

Os seguintes bens e serviços estão sujeitos ao imposto ISC:

- Automóveis com valor CIF superior a US\$ 8.000,00 (aplicam-se algumas exceções);
- Motores de popa com mais de 150 cc, iates, veleiros, barcos e barcos de recreio ou desportivos, motas de água, barcos e aeronaves de uso não comercial, bem como helicópteros;

- Jóias e armas de fogo;
- Serviços de televisão por cabo e satélite;
- Serviço de telefonia móvel, incluindo serviço de telefonia móvel pré-pago;
- Prêmios ganhos em máquinas caça-níqueis operadas por empresas privadas especializadas em jogos de azar;

Os contribuintes são obrigados a recolher esse imposto e remetê-lo à Fazenda Nacional nos primeiros 15 dias após o prazo de entrega e, no caso de importações, em até três dias após a entrega da declaração aduaneira. O preço acordado para os bens ou serviços serve como base tributável. O valor CIF acrescido dos direitos de importação constitui a matéria colectável das importações.

Imposto de licença comercial

Para empresas que necessitam de Licença Comercial para realizar atividades comerciais e industriais no Panamá, este imposto anual é calculado sobre o capital da empresa a uma taxa de dois por cento (2%) de um valor mínimo de US\$ 100,00 a um valor máximo de US\$ 60.000,00. Uma licença comercial não será necessária para pessoas físicas ou jurídicas sediadas na Zona Franca de Colón ou em qualquer outra zona franca ou zonas francas no Panamá. No entanto, o imposto de licença comercial é cobrado desses indivíduos e empresas a uma taxa reduzida de 0,5% dos ativos líquidos, com um mínimo de US\$ 100 e um máximo de US\$ 50.000.

Imposto de seguro educacional

- Tanto os empregadores quanto os funcionários devem pagar um imposto educacional. Os empregadores devem receber 1,25% do salário dos funcionários e adicionar 1,50% além disso.
- Os autônomos devem pagar os 2,75% de sua renda tributável a cada ano.
- O imposto também se aplica a contribuintes não residentes que prestam serviços no Panamá.
- Tanto os empregadores quanto os empregados podem deduzir esse imposto de sua renda tributável.
- Juntamente com as contribuições para a previdência social e o imposto de renda, as retenções são pagas mensalmente à Administração da Previdência Social.

Imposto de selo

- O papel oficial ou carimbado deve ser usado para petições administrativas, certidões e documentos autenticados no Panamá e custa oito dólares (US\$ 8) por página.
- O imposto de selo deve ser pago em todos os papéis e documentos comerciais, incluindo contratos, cheques e outros documentos negociáveis.
- O valor do imposto varia de acordo com o valor do documento e se é um conhecimento de embarque, autorização de desembarque, cheque ou outro tipo de documento.
- Cada US\$ 100, ou fração deles, do valor mencionado nos contratos e documentos deve ser tributado a uma taxa de dez centavos (US\$ 0,010).

- Recibos de dinheiro, faturas de venda de bens e serviços e ações legais estão excluídos.
- A cada mês, trimestre ou semestre, os contribuintes podem pagar esse imposto preenchendo um formulário.

Importação

- A menos que especificamente isentas por lei ou por acordos de incentivo com o governo, todas as importações estão sujeitas a tarifas de importação.
 - No prazo de três dias úteis a contar da data de apresentação dos documentos de importação, os direitos de importação devem ser pagos.
 - As taxas mudam com base na disponibilidade local de mercadorias e nas taxas aplicáveis.
 - O custo mais seguro e frete (CIF) faturado ao importador é a base tributável. Ao determinar o mesmo valor para produtos importados por via aérea ou quando o valor CIF é desconhecido, o valor do frete de bordo (FOB) é aumentado em 15%.
- Os despachantes aduaneiros são responsáveis pelo processamento das declarações juramentadas de importação.
- O Executivo estabelece alterações nas taxas de direitos de importação.

Imposto sobre Prêmios de Seguro

- Uma garantia sobre a emissão de apólices de seguro se aplica a todas as operações de seguro no Panamá.
- O contribuinte é quem subscreve a apólice, enquanto a seguradora é responsável pelo pagamento do imposto.
- Todos os seguros oferecidos na República do Panamá que cobrem riscos regionais estão sujeitos a um imposto calculado como dois por cento (2%) do prêmio.
- Os prêmios de seguro contra incêndio estão sujeitos a um imposto adicional de cinco por cento (5%); a alíquota geral do imposto é de sete por cento (7%) e cinco por cento (5%) vai para os bombeiros do Panamá.

FECI (Imposto sobre Bônus de Juros)

- Empréstimos pessoais e empresariais locais de mais de cinco mil dólares (US\$ 5.000,00) feitos exclusivamente por bancos e outras instituições financeiras estão sujeitos a uma taxa de retenção de um por cento (1%).

Impostos municipais

- Os impostos municipais se aplicam à maioria das atividades comerciais e industriais, incluindo pequenas empresas, oficinas e usinas de energia.
- Esses impostos são determinados pelo tipo de atividade, receita bruta ou volume de vendas.
- Os municípios podem impor impostos sobre coisas como licenças de veículos, edifícios, melhorias, calçadas, ruas e terrenos municipais.

Imposto predial e imposto de transmissão

Imposto Predial

Os imóveis localizados na República do Panamá estão sujeitos ao imposto imobiliário, que é um imposto direto. O valor dos imóveis como um todo, incluindo reformas, determina a base tributável. Os valores dos imóveis registrados são automaticamente aumentados para efeitos fiscais através de transações imobiliárias a preços superiores ao valor de avaliação ou registrado. O imposto predial será pago em três parcelas: a primeira até 30 de abril, a segunda em 31 de agosto e a última em 31 de dezembro.

Uma recente reforma do imposto predial estabelece uma alíquota progressiva/combinada, estruturada da seguinte forma:

- Imóveis destinados a serem utilizados como residência principal ou familiar (Residência Principal -VP- e Patrimônio Familiar Tributário -PFT-) e:
- Outros imóveis (ou seja, propriedades comerciais, industriais e outras propriedades residenciais).

A taxa fixa, para efeitos de imposto predial, é a seguinte:

Propriedade sob o status de residência principal para fins fiscais:

- Renda tributável de 0,00 USD a 120.000,00 USD
 - Taxa: 0%
 - Valor a ser pago: 0,00USD
- Base tributável de 120.000,00USD a 700.000,00USD
 - Taxa: 0,5%
 - Valor a ser pago: 0,00USD sobre os primeiros 120.000,00USD, e os valores excedentes são tributados a uma taxa de 0,50%, até US\$ 700.000.
- Base tributável superior a 700.000,00USD
 - Taxa: 0,7%
 - Valor a pagar: 4.900,00USD sobre os primeiros 700.000,00USD, sendo os valores excedentes tributados à taxa de 0,70%

Nota: A taxa está entre parênteses e é tributada progressivamente. Isso significa que as taxas são aplicadas à medida que os colchetes são atingidos, para os parênteses, de acordo. A base tributável seria o valor total do imóvel (imóvel + benfeitorias).

Outros tipos de propriedades:

- Base tributável de \$ 0,00 a \$ 30.000,00
 - Taxa: 0%
 - Valor a ser pago: 0,00USD
- Base tributável de 30.000,00USD a 250.000,00USD
 - Taxa: 0,6%
 - Valor a pagar: 0,00USD sobre os primeiros 30.000,00USD, sendo que os valores excedentes são tributados à taxa de 0,60%.
- Base tributável de 250.000,00USD a 500.000,00USD
 - Taxa: 0,8%
 - Valor a pagar: 150,00USD sobre os primeiros 250.000,00USD, sendo os valores excedentes tributados à taxa de 0,80% até 500.000,00USD.
- Base tributável superior a 500.000,00USD

- Taxa: 1.0%
- Valor a pagar: 4.000,00USD sobre os primeiros 500.000,00USD, sendo os valores excedentes tributados à taxa de 1%.

Nota: A taxa está entre parênteses e é tributada progressivamente. Isso significa que as taxas são aplicadas à medida que os colchetes são atingidos, para os parênteses, de acordo.

As seguintes propriedades estão isentas de impostos sobre a propriedade:

- Imóveis e imóveis públicos de propriedade de municípios e associações municipais.
- Imóveis governamentais autônomos e semiautônomos.
- Imóveis destinados a serem usados para fins religiosos.
- Bens imóveis destinados a serem usados para fins de caridade ou bem-estar, ou por organizações sem fins lucrativos.
- Isentar imóveis de acordo com tratados ou acordos internacionais dos quais a República do Panamá tenha sido parte e aprovados por lei.
- Imóveis com valor inferior a US\$ 120.000,00 (Imposto Familiar, Patrimônio e Residência Principal).
- Outros imóveis de valor inferior a US\$ 30.000,00.
- Imóveis pertencentes a organizações sociais, que são operações sem fins lucrativos.
- Imóveis destinados a atividades agrícolas e cujo valor não exceda US\$350.000,00.
- Indivíduos ou empresas que oferecem serviços de educação privada. Eles podem deduzir seu imposto imobiliário em zero, oferecendo bolsas de estudo permanentes para estudantes panamenhos. Os hospitais privados também têm essa opção.
- Imóveis destinados ao uso público.
- Imóveis pertencentes a pessoas com deficiência. Esses imóveis devem ser o principal local de residência da pessoa.
- Imóveis constituídos por terrenos e/ou benfeitorias, de acordo com o disposto nas leis especiais para o prazo correspondente.

Imposto de Transmissão de Imóveis (ITBI)

O imposto de dois (2) por cento aplicado à transferência de bens imóveis é baseado no seguinte (o que for maior): O preço de venda ou o valor cadastral.

O valor cadastral é calculado sobre o valor do terreno registrado. O valor cadastral está sujeito a aumentos automáticos de longevidade no valor igual a cinco por cento (5%) do valor do imóvel, acrescido de benfeitorias, para cada ano civil entre a data de aquisição e a data de venda.

Isenções:

- Se o comprador usar o imóvel como residência pessoal e a venda ocorrer dentro de dois anos após a obtenção de uma licença de ocupação legal, a venda inicial de um imóvel residencial está isenta deste imposto.
- As doações feitas ao Estado, a parentes de primeiro grau (pais de filhos ou filhos de pais) e a cônjuges estão isentas deste imposto

- Os fundos que introduzem transferências de imóveis estão isentos deste imposto.

Nota: Alegações falsas sobre o valor de transferência de imóveis serão consideradas fraude pelas autoridades fiscais, e tanto o vendedor quanto o comprador podem enfrentar penalidades severas.

Apenas as empresas imobiliárias ou pessoas envolvidas no curso regular dos negócios (aquelas que venderam mais de 10 imóveis – Giro Ordinário) estão isentas do imposto ITBI de dois por cento.

Impostos sobre ganhos de capital em vendas de imóveis

O imposto sobre ganhos de capital sobre transmissões de imóveis será cobrado à alíquota de 10% se a compra e venda de imóveis não fizer parte do curso regular dos negócios do contribuinte. O vendedor é obrigado a pagar um 3

Percentual de adiantamento superior a 10%, ou 10% definitivamente. A matéria colectável é a diferença entre o preço de venda e o custo de propriedade de base e o custo de transacção

No entanto, o contribuinte também tem a opção de pagar 3% do valor total da transferência. O contribuinte tem direito a receber o valor excedente em troca quando o adiantamento de 3% for superior ao valor que teria sido obtido após a aplicação do imposto sobre ganhos de capital de 10%.

Troca de informações e convenções para evitar a dupla tributação

A rede de tratados de imposto de renda do Panamá se expandiu rapidamente, pois visava cumprir o processo de revisão por pares da OCDE para ser removido de sua lista negra de paraísos fiscais. Em abril de 2020, o Panamá tinha um total de dezoito (18) tratados de dupla tributação de diferentes países em vigor. Estes instrumentos permitem igualmente às administrações fiscais envolvidas combater a evasão fiscal internacional e facilitar o intercâmbio de informações entre os países contratantes. O Panamá também está em conformidade com o CRS e tem uma lista de 64 nações relatáveis.

Acordos de dupla tributação:

Barbados	Coreia do Sul	EAU.	Irlanda
Israel	Itália	Luxemburgo	Países Baixos
Portugal	Catar	Grã-Bretanha	Verificar República
Cingapura	Estrasburgo	Espanha	França
México	Vietname		

Incentivos fiscais, regimes especiais e áreas comerciais especiais disponíveis

O Panamá tem vários regimes especiais que incentivam o estabelecimento de empresas. Os mais atraentes são os seguintes:

Área Panamá-Pacífico (APP)

A PPP foi projetada para oferecer oportunidades imobiliárias sob os auspícios da Lei 41 (2004), que estabelece e governa esse território único, por meio de uma agência governamental criada para a Área Panamá-Pacífico (Agência Panamá-Pacífico) e um Desenvolvedor privado (Londres e Regional).

O PPP tem um sistema aduaneiro único e é uma zona franca. Tem como objetivo impulsionar o comércio de matérias-primas, serviços e capitais, incentivando simultaneamente o emprego e o investimento. Está localizada na antiga Base da Força Aérea dos Estados Unidos Howard, no Panamá, na costa do Pacífico (oeste do Canal do Panamá).

A Lei 41 de 2004 especifica que as pessoas ou empresas que estabelecem operações no APP podem realizar todo o tipo de atividades, desde que não sejam expressamente proibidas por lei. Isso contrasta com a ZCCA, que se concentra exclusivamente nas operações de importação e exportação.

De acordo com o artigo 58 da Lei de PPP, o Desenvolvedor, o Operador e os Usuários (definidos como qualquer pessoa física ou jurídica registrada no PPP) estão isentos de todos os impostos diretos e indiretos, contribuições, taxas, taxas e taxas nacionais nesta área por qualquer atividade, negócio, serviço, operação ou transação que realizem.

Estão excluídos da isenção geral os seguintes impostos:

- Imposto sobre dividendos e imposto complementar
- ISR (Imposto de Renda) para remessas ao exterior
- Impostos de importação e ITBMS
- Imposto predial (aplicável a partir de 1º de janeiro de 2030).
- Imposto de licença comercial.
- ISR
- RSI sobre remessas de comissões, royalties, pagamentos por serviços de assistência técnica ou qualquer outro conceito.

A Lei das PPP estabelece uma série de atividades de incentivo que permitirão a tributação parcial de:

- ISR (Uma taxa reduzida aplica-se exclusivamente às atividades de serviços de administração de escritórios).
- Imposto de licença comercial (aplica-se taxa reduzida).
- Imposto predial (Aplica-se a partir da data detalhada acima)
- Imposto sobre dividendos e tributos complementares (Aplica-se a determinadas atividades incentivadas).

Zona Franca de Colón (CFZ)

A Zona Franca de Colón (CFZ) tem sido uma região de livre comércio segregada para empresas atacadistas desde sua criação em 1948. Atualmente, mais de 3.000 empresas atuam neste setor, sendo a reexportação de produtos a atividade mais significativa.

A Zona Franca de Colón está situada perto da extremidade caribenha do Canal do Panamá, a cerca de uma hora de carro da Cidade do Panamá e do aeroporto, respectivamente.

Além de ser o primeiro centro de distribuição de contêineres da América Latina, é a maior zona franca das Américas e a segunda maior do mundo. Ao fornecer ao mundo uma localização distinta para o comércio internacional, tornou-se a principal zona franca do hemisfério e um dos maiores e mais importantes centros logísticos globais. A CFTZ é uma instalação que obteve a acreditação ISO 9001-2008. Quaisquer mercadorias que entrem na ZFC estão isentas de taxas de importação e podem ser importadas, armazenadas, modificadas, reembaladas e reexportadas sem estarem sujeitas a quaisquer regulamentos alfandegários (com exceção de armas de fogo ou produtos petrolíferos). Os funcionários da alfândega cobram uma taxa pelo serviço de monitoramento em troca de acompanhar as mercadorias exportadas. O custo é determinado pelos itens exportados.

As empresas devem obter permissão da Administração CFZ para operar fora da Zona Franca de Colón (uma instituição governamental autônoma). Isso indica que não há necessidade de uma licença comercial ou aviso de operação. No entanto, uma corporação na Zona Franca de Colón deve ter uma "chave operacional", que é um número que a identifica e permite que ela conduza os negócios normalmente. As empresas não precisam

para atender aos requisitos mínimos de investimento. A chave operacional será concedida de acordo com o seu tipo de registro, conforme detalhado abaixo:

- Código de operação:
 - Registre-se como empresa individual e alugue um armazém de terceiros, como a MIT Logistics. Permite importar, exportar e reexportar. Este registro tem os custos operacionais mais altos: a taxa de renovação anual é de 4.900,00 USD (taxa de registro anual e taxa anual do código operacional) e a taxa de registro (taxa única) é de 5.560,00 USD como depósito de segurança.
- Código da entidade representada:
 - Entidade estabelecida na República do Panamá autorizada pela ZFC, que não tem presença física na ZFIC, que está registrada com o único propósito de importar, exportar e reexportar através da ZFI. Por meio desse registro, operaria sob uma entidade operacional na CFTZ, que administraria suas operações como seu representante. A taxa de inscrição é de 2.500,00 USD e 2.500,00 USD renovações anuais após o primeiro ano. Detalhes:
 - Deve ser uma entidade panamenha
 - Você pode importar, exportar e reexportar
 - Sem presença física na ZFC
 - Vendas no varejo não são permitidas
 - Reexportar um mínimo de 60% das mercadorias importadas
 - Permitido ter um escritório na ZFC de no máximo 20m², exclusivamente para fins administrativos
- Código de Entidade Representada Especial:

- Entidade estrangeira não estabelecida no Panamá autorizada pela CFTZ, que não tenha presença física na CFTZ, que esteja registrada com o único propósito de reexportar através da CFTZ. Por meio desse registro, operaria sob uma entidade operacional na CFTZ, que administraria suas operações como seu representante. A taxa de inscrição é de 2.500,00 USD e 2.500,00 USD renovações anuais após o primeiro ano. Detalhes:
 - Entidade Estrangeira
 - Só pode ser reexportado
 - Sem presença física na ZFC
 - Vendas no varejo não são permitidas
 - Reexportação de 100% das mercadorias trazidas para o Panamá
 - Permitido ter um escritório na ZFC de não mais de 20m2, exclusivamente para fins administrativos.

Atividades permitidas:

- Importação;
- Exportação;
- Reexportação;
- Fabricação;
- Venda, marketing e distribuição;
- Refino e processamento de mercadorias;
- Operações, transações, negociações ou actividades acessórias adequadas ao estabelecimento e exploração de zonas francas internacionais.
- A prestação de serviços relacionados às operações aeroportuárias e aeroportuárias, incluindo o transporte, manuseio e armazenagem de cargas em geral;
- Construção de portos, docas, estaleiros, portos ou locais de carga e descarga;

Tratamento fiscal:

- Isento de imposto de renda em relação às atividades de exportação realizadas.
- Imposto de renda de 25% na importação do produto para o território fiscal nacional.
- Imposto de 5% sobre dividendos (taxa reduzida).
- Isento de ITBMS (IVA) em relação às atividades de exportação realizadas e serviços logísticos.
- Isento de impostos municipais.
- Aviso de funcionamento de 0,5% (taxa reduzida).

Zonas Francas (FTZ)

As zonas francas são zonas francas para a criação e crescimento de empresas nos setores industrial, comercial e de serviços. Qualquer pessoa física ou jurídica que deseje se registrar no Registro Comercial da Zona Franca deve ter a devida autorização para operar e realizar as atividades ali permitidas. Em outras palavras, somente através da devida emissão de uma Licença de Uso pela Comissão

Nacional de Zonas Francas do Ministério do Comércio, uma empresa pode ser fundada dentro de uma zona franca.

A Zona Franca só pode ser utilizada para os seguintes tipos de atividades: serviços, fabricação, montagem, serviços logísticos, serviços de alta tecnologia, processamento de produtos acabados ou semiacabados, centros de pesquisa científica, serviços ambientais, centros especializados para a prestação de serviços de saúde, instituições de ensino superior e serviços gerais aos usuários dentro da Zona Franca. As atividades de importação e exportação que não envolvam o processamento de valor agregado são especificamente proibidas.

Apenas as operações externas (operações de exportação), que incluem a transferência de qualquer tipo de bens ou mercadorias, bem como a prestação de serviços a qualquer pessoa física ou jurídica localizada no exterior ou estabelecida dentro de uma zona franca específica, são elegíveis para os incentivos fiscais concedidos às empresas estabelecidas na Zona Franca. Por outro lado, as atividades destinadas ao mercado panamenho em geral (território aduaneiro secundário) estarão sujeitas a impostos de importação, ITBMS e imposto de renda.

Sede de Empresas Multinacionais (SEM)

Um sistema específico para o estabelecimento e gestão de Sedes de Empresas Multinacionais, ou SEMs, foi formado pela Lei 41, que foi adotada em 24 de agosto de 2007. A fim de fornecer serviços intragrupo para sedes, afiliadas, subsidiárias ou entidades afiliadas localizadas no exterior, a Lei 41 tenta atrair corporações multinacionais a abrir escritórios no Panamá. As empresas com licença SEM só podem realizar as seguintes atividades e serviços:

- Direção e/ou gestão de operações geográficas (em uma área específica ou global) de uma empresa dentro do grupo de empresas: planejamento estratégico, desenvolvimento de negócios, gestão de treinamento de pessoal, gestão de operações e/ou logística;
- Logística e/ou armazenagem de componentes ou peças de produtos de fabricação;
- Assistência técnica não apenas para empresas da GE, mas também para clientes de produtos e serviços da GE;
- Gestão financeira, incluindo tesouraria para EG;
- GE Contabilidade;
- Elaborar planos que façam parte do projeto e/ou construção que constituam o curso normal típico da atividade comercial da empresa-mãe ou de qualquer uma de suas subsidiárias;
- Processar dados eletrônicos de qualquer atividade, incluindo consolidações para operações de EG e operações de rede;
- Assessoria, coordenação e acompanhamento de bens e serviços, marketing e publicidade da EG;
- Apoio a operações e pesquisas, bem como ao desenvolvimento de bens e serviços da AG;
- Outros serviços similares previamente aprovados pelo Escritório Jurídico de acordo com a Lei 41.

Incentivos fiscais SEM:

- 5% de imposto de renda (taxa reduzida).
- Taxa de remessa de 2,5% (taxa reduzida).
- Isenção de ITBMS, exceto para aqueles serviços prestados a entidades relacionadas localizadas no Panamá.
- Isenção de dividendos e imposto complementar, bem como de imposto sobre filiais.
- Isenção do imposto de Aviso de Operação.

Regulamento Contábil

Regulamentos aplicáveis:

- Todas as empresas que operam no Panamá são obrigadas por lei a manter registros contábeis de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos na República do Panamá, ou seja, as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS) ou IFRS.
- As empresas panamenhas que operam fora do Panamá também são obrigadas a manter registros contábeis de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos na República do Panamá, que devem fornecer aos seus agentes residentes, em original ou cópia, todos os anos até 30 de abril. O agente deve ser informado da localização desses documentos.
- As empresas que operam no Panamá devem manter um diário geral, um livro-razão, um livro de atas e um registro de ações (registro de acionistas). Para os comerciantes, apenas dois livros são necessários: um diário geral e um razão geral.
- Todos os registros contábeis devem ser mantidos em espanhol.
- Registros contábeis, documentos comprobatórios e correspondência devem ser mantidos no Panamá, desde que as operações sejam realizadas localmente. Eles devem estar atualizados e prontos para serem inspecionados pelas autoridades a qualquer momento.
- De acordo com a Lei 280 de 30 de dezembro de 2021, o endosso de um contador público certificado é necessário para a declaração de aluguéis municipais e nacionais quando o valor bruto declarado exceder US\$ 11.000.
- Quando os registros contábeis são mantidos por meios tecnológicos ou eletrônicos, é necessária a certificação específica de um contador público certificado.
- Os registros contábeis devem ser preparados com base no regime contábil de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade Financeira (IFAS), com poucas exceções.
- As instituições bancárias estão autorizadas a manter seus registros contábeis de acordo com o IFRS ou o US GAAP.

Requisitos das demonstrações financeiras

As leis tributárias exigem que todas as empresas que fazem negócios na República do Panamá mantenham suas demonstrações financeiras em arquivo, disponíveis para a Direção Geral da Receita mediante solicitação e verificadas por um contador público licenciado de acordo com os padrões de auditoria



amplamente aceitos do Panamá. As demonstrações financeiras podem ser registradas no Registro Público do Panamá, desde que não seja obrigatório.

A manutenção de contas financeiras auditadas é obrigatória para bancos, seguradoras e resseguradoras, empresas registradas na Superintendência do Mercado de Valores Mobiliários e empresas que operam em zonas francas. A cada ano, auditores terceirizados independentes são obrigados a certificar as demonstrações financeiras dessas empresas.